



Anais da Assembléia

Nº 103

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 94ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1978

QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Basílio Zanusso.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Manoel Gaona, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos, Luiz Alberto de Oliveira (21); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (33).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, expediente consubstanciado em apelo, no sentido de ser extinta a exigência do exame psicotécnico em nosso Estado para a expedição da Carteira de Habilitação de Motorista Amador.

Tal apelo se faz em razão do atual desinteresse do exame, ocasionando sua extinção em vários Estados brasileiros, e também face ao benefício que ocasionará ao homem do interior, que muitas vezes, tem que se deslocar, com sacrifícios, para outros centros, a fim de prestar tal exame; com perda de tempo e despesas.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1978.

(a) MANOEL GAONA

O SR. PRESIDENTE — (Quielse Crisóstomo) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, consulto à Liderança do MDB se deseja algum orador fazer uso da palavra no horário que lhe é reservado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Quielse Crisóstomo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. "Dívida externa brasileira ultrapassa 40 bilhões de dólares".

Desejo transcrever, Sr. Presidente, artigo de César Prieto, na "Tribuna da Imprensa", no último dia 4 de setembro. (Lê):

"O Brasil se converteu em campeão mundial em dívida externa, ao financiar, mediante aval governamental, as MULTINACIONAIS na constituição de suas fictícias estruturas, e as estatais, estas com reduzidos lucros, num esquecimento quase total da livre empresa.

O financiamento para importações, ainda que de bens de produção, é um dos melhores e mais disputados negócios, senão negociatas, no âmbito internacional. Ganham todos: os que vendem, os financiadores e seguradores (geralmente vinculados aos que vendem), os intermediários e muita gente grossa, de diferentes posições e interferências. Na hipótese, só há uma vítima: o país que compra, acima de suas responsabilidades, com sérios reflexos sócio-econômicos os mais cruéis, no presente e futuro.

O Ministro da Fazenda confessa de público, que devemos 40 bilhões de dólares, ou sejam, 800 bilhões de cruzeiros, bem mais de 10 vezes o total de nossa moeda, em circulação; acima do triplo da receita tributária federal em 1978; ultrapassa de 2 vezes o montante da moeda escritural bancária, que atingiu a 324 bilhões de cruzeiros em 1977; e à exportação de nosso principal produto, o café, durante 10 anos.

A ONU e o Governo dos Estados Unidos promoveram inquéritos sobre o endividamento a cargo dos países pouco cautelosos, em virtude da forma por que existem, no mundo, as MULTINACIONAIS e as conclusões divulgadas são melancólicas: fraude, sonegação do imposto de renda, corrupção (sem o que nada seria possível) e implantação de governos prepotentes, a fim de que elas pudessem promover as suas invasões e domínios pacíficos em nações denominadas de "hospedeiras".

Governos como os da Itália e Japão, além de outros, se viram envolvidos em escândalos financeiros, e o Primeiro Ministro deste último país, ainda está pagando, atrás das grades, pelo crime cometido contra a comunidade nipônica. E a matriz das MULTIS implantadas no momento, longe do policiamento moralizador, no Panamá, Bahamas e Principados europeus, onde, até o Banco do Brasil, para acudir a interesses no exterior, seguiu o exemplo, instalando agências, em alguns desses centros do gangsterismo internacional.

Entre nós, o cenário é melancólico: falências de empresas brasileiras como em nenhuma outra época da nossa existência; agricultura castigada por custos altos e preços para seus produtos aquém da retribuição justa, com empréstimos usuários, restritos e tardios, produzimos hum milhão de automóveis para passeio, enquanto a produção de tratores declina neste ano, como se fôssemos um povo rico e capaz de dissipação, e não pobre e angustiado, como de fato o somos; crise imobiliária produzida por patrocínio suspeito que nem os abastados resistiram ao saque da correção monetária, enquanto os trabalhadores, de salário mínimo, estes convertidos em fontes de receita do Banco Nacional de Habitação, através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em esbulhados e esquecidos; sonegação de tributos enriquecendo os mais ricos, e empobrecendo os mais pobres; ensino caro, inacessível e nulo, sob patrocínio governamental, que fixa taxas não supervisionando, fiscalizando ou impedindo abusos; corrupção estimulando inflação e custo de vida ao enriquecer poucos, à custa da fome de mais de 60 por cento da população brasileira; e ambição de poder, simplesmente pelo poder, sem nenhum programa nem sintonia com angustiosos problemas do povo, que assiste a tudo, perplexo, sem decidir nem escolher livremente a forma menos desumana de sofrer.

Julgo primacial o problema moral. Ou o Brasil acaba com a corrupção, ou a corrupção acaba com o Brasil. Se normas jurídicas fortes poderiam ser utilizadas no bom sentido contra os que saqueiam, sejam quais forem os arrebatadores.

É verdade que a redemocratização do Brasil é inadiável, por isso que essencial. Todavia, não há como mais tardar a identificação e condenação rigorosa dos que se enriquecem à custa da miséria nacional. Não vou ensinar o Padre Nosso ao vigário, mas estou certo, certíssimo, que se o Brasil, em um ano, adotar ação contra a ratazana que se encobre nos porões do navio, acabando com a família de mirídeos, propiciará, pelo menos, inflação suportável, custo de vida razoável e manutenção condigna, passando o povo a viver sem contestações, nem ressentimentos, como ocorre na atualidade.

Enfim, o povo quer decência, seja ele civil ou militar. Por isso que, em qualquer hipótese, é povo. De que adianta manter o "status quo" sob a égide de democracia aparente. Será que o segundo escalão decidindo em nome do primeiro, como permanentes tecnocratas, não foi o mesmo de governos passados e condenados. A qualquer é dado verificar a inegável verdade que neste País, como afirmou o embaixador Oswaldo Aranha: "Muda-se no velório, o defunto. Jamais o mosqueado".

A Nação espera democracia plena, no bom e alto sentido. Por isso não a favor, mas com corruptos, processados e engaiolados. Não bastam certas magnas que dão ao povo o direito de escolher os seus dirigentes. É indispensável que estes cumpram o seu dever, assim acautelando a soberania e segurança nacionais.

Assim o noticiário internacional divulgou que, em determinado principado das Multis, as cadeias estão vazias. É natural. Onça não come onça. Todavia, onde os países são donos do seu destino, impõe-se que as onças e seus acolitados, tenham destino próprio em defesa da comunidade."

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência confere, se deseja a palavra, ao Sr. Deputado da Arena, para falar no espaço reservado à Aliança Renovadora Nacional.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, usará o espaço reservado, o nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para registrar as nossas andanças na semana passada, com o Governador Jayme Canet Júnior e, nesta semana, com o Ministro Ney Braga, nas cidades de São Jerônimo, com lideranças de todas as regiões, como Congoinhas, São Sebastião da Amoreira, Curiúva, Santa Cecília do Pavão, Santa Bárbara, Sapopema e adjacências, onde tivemos a satisfação de, em São Jerônimo, a cidade onde hoje o Sr. Prefeito apóia o Sr. Deputado Lázaro Dumont, tivemos uma recepção digna dos homens que levam a mensagem do povo, dos homens que levam a mensagem da esperança, como foi também em Santa Mariana, como foi em Jacarezinho, como foi em Joaquim Távora, como foi em Siqueira Campos, e como foi também, em toda região do Norte Pioneiro, com Ney Braga, o futuro Governador do Estado, Affonso Camargo, o Senador e Presidente de nosso Partido e nosso candidato Túlio Vargas.

É uma satisfação, Sr. Presidente, é uma satisfação, Srs. Deputados; é uma satisfação, imprensa do meu Paraná, ao vermos todas as correntes políticas irmanadas com um só pensamento, ao levar a tranquilidade, ao levar a esperança, ao levar a este povo cristão do meu Paraná e do meu Brasil, homens como Jayme Canet Júnior, como Ney Braga, como Affonso Camargo Neto, levar a imagem de Túlio Vargas, o nosso colega, o nosso futuro Senador da República, porque o povo está entendendo a nossa mensagem; porque o povo entende a mensagem da Arena, porque a Arena, o nosso Partido, leva a mensagem da esperança, a mensagem da fé e a mensagem, principalmente, do grande Governo que fez Jayme Canet Júnior em benefício do Paraná e de sua gente. Ao invés de falarmos em peste suína, ao invés de

de falarmos em estiagem, ao invés de falarmos em geada, estamos procurando, por intermédio de nossas lideranças, dar solução para esses casos; estamos transferindo para os homens que, de fato, podem resolver esses problemas, tranqüilamente, sem vender a imagem do derrotismo, sem levar ao Paraná, sem levar ao povo humilde que amaina a terra com seu suor, a imagem do derrotismo. Levamos em nosso bojo, a ARENA, o nosso Partido, o Partido já vitorioso na Assembléia, no Congresso e no Senado, leva a imagem da esperança, da paz e da união de nossa terra e de nossa gente.

Ao invés de vendermos a imagem do derrotismo, a imagem do pessimismo, levamos a imagem de nossa fé no povo do Paraná e na sua vontade férrea de acertar, para que este Estado, no conceito de nossa Nação, possa ser projetado como já está no quarto Estado de representação no Congresso Nacional; como 4.º Estado de representação neste querido Brasil que há de ser liderado por João Baptista Figueiredo; neste querido Brasil que, unido com os homens de boa vontade da ARENA e do MDB, haveremos de levar ao nosso povo, haveremos de ver aquela consagração que teve o nosso querido Governador Canet Júnior, o nosso querido e futuro Governador Ney Braga, a consagração do povo, porque somos os homens da verdade. Somos os homens que não tememos a verdade, porque os nossos companheiros, os nossos candidatos arenistas da Assembléia e do Congresso não querem outra coisa a não ser falar a verdade para o seu povo.

Não tememos a verdade, porque a verdade no meu Norte Pioneiro já está escrita por antecipação. Ganharemos, Sr. Presidente, ganharemos, Srs. Deputados, ganharemos, imprensa e povo do meu Paraná para a Assembléia, para a Câmara Federal e principalmente para o Senado com 70 ou 75 por cento na minha região, na região dos Deputados arenistas que sabem levar com seus companheiros, candidatos, a verdade a seu povo.

Voltamos entusiasmados, voltamos quando vemos na minha terra, em Joaquim Távora, Túlio Vargas e Affonso Camargo serem carregados pelo povo de toda aquela região, porque, acima de tudo, acima de todas as esperanças, existe a esperança daquele povo. Porque temos, Sr. Presidente, quatro candidatos ao Senado: Temos primeiro, Túlio Vargas. Segundo, Ney Braga, terceiro Jayme Canet e quarto e único o povo do nosso lado.

E é por isso que haveremos de dizer ao nosso povo, haveremos de trazer a mensagem ao nosso povo para que fique constatado este registro e a nossa palavra de observador: a Arena há de vencer no Senado, na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado ao povo do Paraná e a minha imprensa que registre este meu pronunciamento, porque até agora não vaticínamos nada que não estivesse certo. E a vitória da Arena é um fato concreto.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 21 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 30/78, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que dispõe sobre a contagem recíproca para efeito de aposentadoria ao Funcionalismo Público Estadual, o tempo de serviço prestado ao sistema de atividade previdenciária privada. Pareceres Contrários da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI Nº 30/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a computar para os efeitos de aposentadoria do Funcionalismo Público Civil Estadual, previsto no Art. 138 da Lei n.º 6.174 — ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO PARANÁ — obedecidas as normas previstas na Lei Federal n.º 6.226, de 14 de julho de 1975, o tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 e legislação subsequente.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1978.

(a) Jurandir Messias

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva atender antiga e justa aspiração do funcionalismo Público Estadual, em grande número egresso das atividades privadas, em ver considerado pelo menos para o efeito de aposentadoria, o tempo efetivamente prestado.

Observem os Excelentíssimos Senhores Deputados, que a contagem de tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social não constitui nenhuma inovação no campo administrativo, isto porque o tempo de serviço prestado em entidades de Administração Indireta, já vem sendo largamente considerado em nosso Estado, sabendo-se de antemão do Regime Jurídico atinente aos empregados dessas Entidades, que são regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho.

Além disso, órgãos do Poder Central, cujos funcionários são determinados pela C.L.T., também incorporam quando da passagem para o regime Estatutário, o acervo de serviço anteriormente prestado naquela condição.

Com o advento em âmbito Federal da Lei n.º 6.226, de 14 de julho de 1976, atendeu-se naquela esfera a reciprocidade de contagem de tempo de serviço.

Sabendo-se que as disposições da Lei Ordinária Estadual por exigência hierárquica, sujeitam-se aos dispositivos da Lei Federal, objetivando-se apenas e tão somente colocar os servidores estaduais em pé de igualdade com seus pares da esfera Federal, entendemos, deram sem os efeitos da supra citada Lei n.º 6.226/76, estendidos ao nosso Estado.

Ainda porque, Senhores Deputados, vários Estados da Federação já houveram por bem em tomar essa medida.

Sabemos perfeitamente que a iniciativa das Leis que disponham sobre regime Jurídico do funcionalismo público, pertence ao Chefe do Poder Executivo, mas, em se tratando de assunto cuja carência e atualidade são por demais evidentes, invocando o entendimento de que a sanção governamental supre a falta de competência Constitucional do Legislativo, eis que corrobora em todos os seus termos o projeto, confiamos plenamente no seu seguimento e aprovação por parte do plenário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 30/78

De autoria do nobre Deputado Jurandir Messias, o presente Projeto de Lei n.º 30/78, tem por finalidade dispor sobre a contagem recíproca para efeitos de aposentadoria do funcionalismo público estadual o tempo de serviço prestado ao sistema de atividade previdenciária privada e dá outras providências.

Embora as intenções do seu autor sejam a das mais louváveis, e estejamos convencido da sua oportunidade, barreiras constitucionais impedem que tal projeto possa ter a iniciativa através deste Poder, já que matérias que disponham sobre servidores públicos e que alterem a despesa pública, são de competência do Chefe do Poder Executivo — Art. 25, da Constituição Estadual.

Recentemente esta Casa manteve o veto governamental em projeto de idêntica natureza.

Nestas condições, o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei n.º 30/78, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de abril de 1978.

(aa) Paulo Camargo — Presidente

Fabiano Braga Côrtes — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 30/78

De autoria do nobre Deputado Jurandir Messias, tem por objetivo o presente projeto de lei dispor sobre a contagem recíproca para efeitos de aposentadoria do funcionalismo público estadual o tempo de serviço prestado ao sistema de atividade previdenciária privada e dá outras providências.

A dita Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou contrariamente, tendo em vista que toda matéria que disponha sobre servidores públicos é da competência exclusiva do Governador, portanto, o presente plano de lei é inconstitucional, pois fere o art. 25, da nossa Carta Política.

Assim, no âmbito desta Comissão de Finanças, só nos resta acompanhar a manifestação da Comissão de Constituição e Justiça.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua REJEIÇÃO.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1978.

(aa) Erondy Silvério — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 30/78

Louvável foi a intenção do autor do presente projeto de lei, sob o ponto de vista humano e social, a matéria nos convence. Recentemente, outros legisladores desta Casa de Leis tomaram iniciativa idêntica, com respeito ao assunto, mas esbarraram em artigo constitucional que dá exclusiva competência ao Chefe do Poder Executivo em matérias que disponham sobre o regime jurídico do Funcionalismo Estadual. Esta Comissão de Recursos Humanos, embora sentindo o problema e as boas intenções do legislador, não pode incoerentemente acatar o projeto em tela, pois estaria menosprezando pareceres das ditas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e inclusive indo contra o que dispõe o Artigo 25, de nossa Carta Política.

Nestas condições, nosso parecer é contrário ao projeto em tela.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1978.

(aa) Wilson Fortes — Presidente

Nelson Buffara — Relator

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deferido.

Em votação o Projeto de Lei n.º 30/78. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

Sete (7) Srs. Deputados aprovam.

1 Sr. Deputado rejeita.

Cinco (5) Srs. Deputados não se manifestaram. Não há "quorum" para deliberação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — É lamentável, Sr. Presidente, que vamos prejudicar os Deputados que às vezes até estejam na Casa. Mas eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e depois de devidamente alertados os Srs. Deputados, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal para constatação de "quorum".
O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Faz a chamada).
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Responderam a chamada nominal, 21 Srs. Deputados.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/78, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que acresce ao parágrafo único, com redação que especifica, ao artigo 143, da Lei n.º 6174, de 16/11/70. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 55/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 142, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único — O funcionário que contar com 50 anos, ou mais, de serviço público, terá incorporado aos proventos, os vencimentos e as gratificações que estiver percebendo à data da aposentadoria, ou os de maior valor que tenha percebido anteriormente".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições constantes da Lei n.º 6762, de 23 de dezembro de 1975.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1978.

(a) Paulo Camargo

JUSTIFICATIVA:

Procurou a Lei n.º 6762, de 23 de dezembro de 1975, contemplar o servidor público que tiver 50 anos, ou mais, de serviço, com a incorporação aos proventos, os vencimentos e as gratificações que estiver percebendo à data da aposentadoria ou os de maior valor que tenha percebido anteriormente. Todavia, referido benefício só será concedido, nos termos daquele diploma legal, nas aposentadorias por implemento de idade.

Pretende-se, agora, corrigir a intenção do legislador, que é a de premiar ao servidor que com amor dedica toda sua vida à causa pública, sem contudo atingir a aposentadoria compulsória.

Nos termos atuais, a citada Lei praticamente não beneficiará a nenhum funcionário, visto como dificilmente haverá que se enquadre nas suas exigências, ao passo que, com o abrandamento dos seus requisitos, ela poderá, embora com rara freqüência, premiar os servidores que, depois de 50 anos de serviço, ainda permaneça na atividade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 55/78

SÚMULA: Acresce parágrafo único ao art. 143, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, na forma e como especifica.

A súmula deve ser retificada neste projeto, pois a proposta em exame não visa acrescentar parágrafo único ao art. 143, mas, sim, acrescentar de um parágrafo o artigo 142, da Lei Estadual n.º 6174 (Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná), que já conta com um parágrafo único, o que lhe foi editado pela Lei 6762, de 29 de dezembro de 1975.

Ocorre que a pretensão esposada pelo ilustre Deputado Paulo Camargo é abrangente, ou seja, ela torna extensivo o citado parágrafo único, que só não tem aplicação aos casos de aposentadoria compulsória.

Destarte, aprovadas as novas disposições pretendidas, o referido parágrafo se tornaria inócuo.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo Geral, que fica fazendo parte integrante do presente.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1978.

(aa) Paulo Camargo — Presidente
Muggiati Filho — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 55/78

Art. 1.º — O parágrafo único do artigo 142, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 — Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná —, introduzido pela Lei n.º 6762, de 23 de dezembro de 1975, passa a vigor com a seguinte redação:

"Parágrafo único — O funcionário que contar cinquenta anos, ou mais, de serviço público, por ocasião de sua aposentadoria, terá incorporado aos proventos da mesma, os vencimentos e as gratificações que estiver percebendo, ou os de maior valor que haja percebido, anteriormente."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1978.

(aa) Paulo Camargo — Presidente
Muggiati Filho — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 55/78

De autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, objetiva o presente projeto de lei acrescer parágrafo único ao art. 143, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, na forma que especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça se manifestou favoravelmente, tendo inclusive estudado bem esta matéria, para, juntamente com seu parecer, apresentar um substitutivo geral, o qual foi aprovado na referida Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, somos, portanto, pela aprovação do presente plano de lei, na forma do Parecer e Substitutivo Geral apresentados pela douta Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 8 de agosto de 1978.

(aa) Erondy Silvério — Presidente
Aguinaldo Pereira Lima — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 55/78

O presente Projeto de Lei n.º 55/78, de autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, tem por finalidade alterar parágrafo, conforme especifica, de Art. da Lei n.º 6174, de 16/11/70.

Analisando a constitucionalidade e a legalidade da matéria, bem como o seu aspecto financeiro, houve o pronunciamento favorável das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, através de Substitutivo Geral.

Quanto ao mérito do plano de lei proposto, a que é chamada a opinar esta Comissão de Recursos Humanos, temos que conforme bem esclarece a justificativa, é das mais meritórias a iniciativa, pois visa estender benefícios a funcionários com mais de 50 anos de serviços, quando da sua aposentadoria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1978.

(aa) Wilson Fortes — Presidente
Werner Wanderer — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 36/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 34/78 — ex-Proposição n.º 118/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, a SUDESUL e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a implantação do "Programa de Apoio a Pesquisas Científicas em Pós-Graduação. Parece-

res favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 44/75, ex-Proposição n.º 164/75, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Toledo, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área daquela comuna. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 109/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rebouças com a participação e interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 116/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Tijucas do Sul, com participação e interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 119/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Universidade Federal do Paraná, objetivando elaboração de planos regionais e industriais Leste, Norte e Oeste do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 73/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 129/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araucária, com participação e interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 134/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rio Branco do Sul, com participação e interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 137/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de Cerro Azul, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 143/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Mandrituba, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, visando a realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 144/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São José dos Pinhais, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, visando a realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 57/78, ex-Proposição n.º 161/78, aprova os convênios n.ºs 17/77, 51/77 e 100/77, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através dos órgãos que especifica, objetivando concessão de assistência técnica e financeira ao setor educacional do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 83/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 58/78, ex-Proposição n.º 162/78, aprova os convênios de n.ºs 14/77 e 51/77, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando aplicação de recursos de Salário Educação, instituída pelo Decreto-Lei n.º 1422, de 23/10/75. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 84/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 59/78, ex-Proposição n.º 163/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando aplicação de recursos orçamentários oriundos do Departamento de Ensino Fundamental, do referido Ministério, para o exercício de 1977. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 85/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 61/78, ex-Proposição n.º 165/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando aplicação de recursos na realização de promoção cultural pela Diretoria de Assuntos Culturais, no exercício de 1977. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 90/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 135/78, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e da FAMEPAR, com o Município de Porto Vitória, objetivando aplicação de recursos conforme especifica. Parece-

res favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 97/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 31/78, ex-Proposição n.º 171/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de Curitiba, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 98/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 31/78, ex-Proposição n.º 172/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de Contenda, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 84/78, aprova convênio de Auxílio e Cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, e o

Município de Conselheiro Mairinck, objetivando aplicação de recursos financeiros na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de ser extinta a exigência do exame psicotécnico em nosso Estado para a expedição da Carteira de Habilitação de Motorista Amador. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia 19, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 175/77, 65/78 e 92/78.

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 55, 107, 108 e 167/77 e 54, 73, 93, 94, 97, 98 e 120/78.

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 26 e 91/78.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 30 e 55/78 e dos Projetos de Resolução n.ºs 36, 45, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 90, 97, 98 e 105/78.

Levanta-se a sessão.